



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO

Processo n.º08/16_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 09.12.2016, contra a ciclista sua filiada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da licença n.º xxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea f) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto) consubstanciada no incumprimento da obrigação de envio, por três vezes no espaço de 12 meses consecutivos, sem justificação válida, dos formulários de localização a que se refere o artigo 7.º do mesmo diploma.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

B. Parecer Prévio do CNAD

No termo da instrução foi elaborado relatório final pelo Instrutor, que foi analisado pelo Conselho em 21.03.2017 e subscrito na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando a fazer parte desta decisão.

Sucede porém que a sanção proposta no dito Relatório Final, com a qual se concordou (e concorda), é de 1 (um) ano de suspensão, pelo que, apenas pode ser validamente deliberada se precedida de parecer prévio favorável do CNAD (ao abrigo do artigo 67.º n.º1 da mesma Lei).

Nestes termos, no mesmo dia 21.03.2017 o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao CNAD, tendo agora chegado (em 20.04.2017) a resposta (através do ofício Ref. 87/GJ/2017). Com especial relevância para o caso, conclui o sobredito parecer que "(...) o CNAD em sede de apreciação e graduação da culpa, e apelando ao Princípio da Equidade, em paridade com anteriores decisões do CNAD (Pareceres CNAD 16/2014, 19/2014 e





FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO

20/2014) entende que a conduta da praticante desportiva foi praticada a título de negligência, concordando com a sanção proposta pela Federação Portuguesa de Ciclismo e decide aplicar à praticante desportiva, XXXXXXXXXXXXX a sanção de suspensão da atividade desportiva pelo período de 1 (um) ano, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 63.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, na redação atual."

C. Decisão

Estando assim verificados todos os pressupostos legais e regulamentares de que depende a aplicação da pena, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC decide, por unanimidade, condenar a Arguida nas seguintes sanções (cumulativas):

- i. Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 1 (um) ano – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 63.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual; e,
- ii. Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia 30.06.2016 – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual.

Notifique-se à Arguida, juntando-se em anexo cópia do Parecer Prévio do CNAD e do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADOP.

Lisboa, 24 de Abril de 2017

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto)